



MACHADO & STANGLER ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ALESSANDRO BUNN MACHADO, brasileiro, solteiro, advogado devidamente inscrito na OAB/SC sob nº 10.828 e CPF/MF nº 910.668.759-87, residente e domiciliado na rua Capitão Euclides de Castro, nº 403, aptº 405, Coqueiros, Florianópolis (SC) e **ANA CAROLINA DA COSTA STANGLER**, brasileira, casada, advogada devidamente inscrita na OAB/SC 10.726 e CPF/MF nº 888.734.989-49, residente e domiciliada no Largo Benjamin Constant, nº 691, aptº 601, Centro, Florianópolis (SC), únicos sócios quotistas componentes da sociedade civil que gira sob o nome empresarial **MACHADO & STANGLER ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.472.177/0001-16, estabelecida na rua Vidal Ramos, 53, sala 1201, Centro, Florianópolis (SC), devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nº 311/98 resolvem pelo presente instrumento, alterar o contrato social e suas alterações, conforme segue:

Cláusula I

A sociedade girará sob o nome empresarial de “**CURI, ARAUJO & MACHADO ADVOGADOS E CONSULTORES S.S.**”, e terá sua sede na rua Antonio Luz, 255, Centro Empresarial Hoepcke, Centro, Florianópolis (SC), CEP 88.010-410, podendo estabelecer filiais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo as disposições legais vigentes.

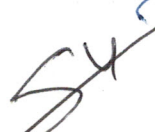


Parágrafo único - Em havendo o falecimento de qualquer dos sócios, os remanescentes deliberarão acerca da manutenção ou da alteração do nome empresarial.

Cláusula II

A sócia **ANA CAROLINA DA COSTA STANGLER**, acima qualificada retira-se da sociedade, cedendo e transferindo:

- 2.000,00 (duas mil) quotas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) do capital já integralizado, para o sócio integrante **RODRIGO BRANDEBURGO CURI**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, advogado devidamente inscrito na OAB, Seção do Estado de Santa Catarina sob nº 8.681, CPF nº 777.197.439-20, residente e domiciliado a rua Begônia, nº 156, Casa 2, Parque São Jorge, Florianópolis (SC) e CEP 88.034-430;
- 1.000,00 (uma mil) quotas no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) do capital já integralizado, para o sócio integrante **SANDRO LUIZ RODRIGUES ARAUJO**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, advogado devidamente inscrito na OAB, Seção do Estado de Santa Catarina sob nº 11.148, CPF nº 003.586.839-20, residente e domiciliado à Rua Altamiro Guimarães, 360, Apto. 1104, Centro, Florianópolis (SC) e CEP 88015-510.

A sócia **ANA CAROLINA DA COSTA STANGLER** declara haver recebido, neste ato a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de **RODRIGO BRANDEBURGO CURI** e a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais), de **SANDRO LUIZ RODRIGUES ARAUJO**, assim como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres, perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar seja





a que título for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

O sócio **ALESSANDRO BUNN MACHADO**, acima qualificado cede e transfere:

- 1.000,00 (uma mil) quotas no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) do capital já integralizado, para o sócio integrante **SANDRO LUIZ RODRIGUES ARAUJO**, acima qualificado.

O sócio **ALESSANDRO BUNN MACHADO** declara haver recebido, neste ato a quantia de R\$ 1.000,00 (um mil reais), de **SANDRO LUIZ RODRIGUES ARAUJO**, assim como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres, perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar seja a que título for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

Cláusula III

E, em face das alterações introduzidas na sociedade atendendo a exigência contida no art. 2.031 da Lei n.º 10.406/2002, resolvem os sócios consolidar o contrato e as alterações em um único instrumento, que passará a reger-se pelas cláusulas e condições seguintes:

CAPÍTULO I

NOME EMPRESARIAL, SEDE, OBJETO, INÍCIO E PRAZO

1º - A sociedade girará sob o nome empresarial de “**CURI, ARAUJO & MACHADO ADVOGADOS E CONSULTORES S.S.**”, e terá sua sede na rua Antonio Luz, 255, Centro Empresarial Hoepcke, Centro, Florianópolis (SC), CEP 88.010-410, podendo estabelecer filiais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo as disposições legais vigentes.

Parágrafo único- Em havendo o falecimento de qualquer dos sócios, os remanescentes deliberarão acerca da manutenção ou da alteração do nome empresarial.

2º - A sociedade terá por objeto social :

- A prestação de serviços de advocacia judicial e/ou extrajudicial;
- Serviços de consultoria e assessoria jurídica.

Tais serviços serão exercidos em conjunto ou individualmente, em se tratando de atos de advogados, revertendo ao patrimônio os respectivos honorários.

3º - A sociedade terá por objeto jurídico o das sociedades simples, sem características mercantis, e se organizará nos moldes da Lei nº 8.906/94, e pelas disposições emanadas dos Conselhos Federal e Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

4º - A sociedade iniciou suas atividades em 24 de março de 1998. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL, QUOTISTAS E RESPONSABILIDADES

5º - O capital social é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), totalmente integralizado até a presente data em dinheiro e dividido em 6.000 (seis mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas:



- a) O sócio **ALESSANDRO BUNN MACHADO**, já integralizado, em moeda corrente nacional, 2.000,00 (duas mil) quotas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- b) O sócio **SANDRO LUIZ RODRIGUES ARAUJO**, já integralizado, em moeda corrente nacional, 2.000,00 (duas mil) quotas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- c) O sócio **RODRIGO BRANDEBURGO CURI**, já integralizado, em moeda corrente nacional, 2.000,00 (duas mil) quotas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

6º Os sócios **ALESSANDRO BUNN MACHADO**, **SANDRO LUIZ RODRIGUES ARAUJO** e **RODRIGO BRANDEBURGO CURI**, integralizam, neste ato, através da aquisição de mobiliário e utensílios para o escritório sede da sociedade, cada qual, a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de modo a que o capital social ficará assim distribuído:

- a) O sócio **ALESSANDRO BUNN MACHADO**, já integralizado, 12.000,00 (doze mil) quotas no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais);
- b) O sócio **SANDRO LUIZ RODRIGUES ARAUJO**, já integralizado, 12.000,00 (doze mil) quotas no valor de R\$ 12.000,00 (dois mil reais);
- c) O sócio **RODRIGO BRANDEBURGO CURI**, já integralizado, 12.000,00 (doze mil) quotas no valor de R\$ 12.000,00 (dois mil reais).

7º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

8º - A responsabilidade de cada sócio perante os clientes da sociedade será subsidiária e ilimitada, e a responsabilidade de cada sócio nas obrigações assumidas pela sociedade perante terceiros será solidária, nos termos do inciso X, do artigo 2º, do Provimento nº 92/2000, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do artigo 17 da Lei 8.906/94, Estatuto da advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

9º - As quotas de capital da sociedade não poderão ser alienadas a terceiros estranhos ao quadro social, sem que seja oferecida a preferência, em igualdade de condições, aos sócios que permanecem na sociedade, devendo o sócio retirante oferecer suas quotas a todos os sócios.

Parágrafo único - Em princípio, é vedado a qualquer dos sócios adquirir a totalidade das quotas do sócio retirante, devendo a sua participação ser rateada igualmente entre os sócios que se interessarem pela aquisição de sua participação, sendo certo que, caso os mesmos declinem do direito de preferência ou sobrevier saldo sobre a participação do sócio retirante, tal poderá ser alienado a terceiros, desde que aprovado pela unanimidade dos sócios remanescentes.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO, REMUNERAÇÃO E CONTABILIDADE

10º - A administração da sociedade caberá aos sócios **ALESSANDRO BUNN MACHADO**, **SANDRO LUIZ RODRIGUES ARAUJO** e **RODRIGO BRANDEBURGO CURI**, assinando em conjunto ou isoladamente em nome da sociedade, não podendo fazer uso dela individualmente em negócios alheios à mesma, ficando expressamente proibido avais, fianças, etc, salvo deliberações conjunta entre os sócios.



Parágrafo único – Caberá a 02 (dois) dos sócios a representação da sociedade perante instituições bancárias, especificamente para administrar conta-corrente, assinando estes, em conjunto, cheques de pagamento.

11º - Caberá aos sócios sempre assinarem em conjunto, no mínimo 02 (dois), o uso do nome empresarial em negócios de interesse da sociedade respeitados os parágrafos e cláusulas.

Parágrafo primeiro - A sociedade será representada judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, pelos sócios administradores, sempre em conjunto, com o mínimo de 02 (dois).

Parágrafo segundo - É expressamente proibido aos sócios o uso do nome empresa ou seu nome empresarial em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, bem como avaliar ou afiançar obrigações de terceiros, contrair empréstimos ou pagar empréstimos não relativos à sociedade.

Parágrafo terceiro - Nos casos previstos no parágrafo acima ou em todos os outros alheios aos fins sociais, só será permitido o uso da empresa com a autorização unânime de todos os sócios.

Parágrafo quarto – Os sócios não poderão advogar individualmente exceto, nos casos em que houver autorização expressa por todos os sócios.

Parágrafo quinto – A alienação ou gravame real de qualquer bem da sociedade dependerá sempre da aprovação por unanimidade dos sócios, os quais, nesse caso, assinarão em conjunto o respectivo instrumento de alienação ou instituição de ônus.

12º - Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

13º - Os sócios administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, contra a propriedade, ou ainda, a pena de suspensão ou exclusão dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

14º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão o(s) administrador(es), quando for o caso.

15º - A reunião de sócios será convocada pelo sócio administrador, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante a expedição de carta convocatória ou mensagem de e-mail, indicando o local, data, hora e pauta de deliberação.

Parágrafo único – Os sócios poderão ainda realizar reuniões periódicas, previamente agendadas, para deliberação de assuntos de ordem operacional, das quais se lavrará Ata e de cujas decisões, aprovadas pelo voto da maioria do capital social, os mesmos se vincularão incondicionalmente.

16º - Os casos omissos e não regulados no presente contrato social serão decididos de comum acordo entre os sócios quotistas, prevalecendo, neste caso, a participação no capital social, respeitada, sempre, a legislação em vigor.

CAPÍTULO V

DA RETIRADA, AFASTAMENTO, EXCLUSÃO E ADMISSÃO DE SÓCIO

17º- O sócio que desejar se retirar da sociedade manifestará sua vontade por meio de carta protocolada (aviso de recebimento) ou notificação por cartório, com antecedência mínima de 60



(sessenta) dias, sendo que a apuração de haveres far-se-á por meio de balanço especial, onde será considerado todo o patrimônio líquido da data da saída do sócio. Os valores que couberem ao sócio retirante, na proporção de suas quotas, serão pagas em 12 (doze) parcelas iguais mensais, com a devida correção monetária do período, sendo a primeira devida 30 (trinta) dias após a apuração dos haveres, o que nunca deverá ultrapassar a 90 (noventa) dias da data da retirada.

18º - Os honorários profissionais e advocatícios contratados em ações que foram aforadas enquanto o sócio retirante pertencia a sociedade, serão pagos quando efetivamente recebidas pela sociedade, na proporção do direito deste, observando-se eventual deliberação a respeito, constante em Ata firmada pelos sócios.

19º - A título de manutenção das demandas pendentes, serão descontadas dos haveres futuros, percentuais nos seguintes patamares:

I - nas ações que durarem até 04 (quatro) anos, o percentual de 20% (vinte por cento) sobre a receita bruta a ser auferida pelo sócio retirante;

II - nas ações que durarem até 04 (quatro) anos e um dia a 6 (seis) anos, o percentual de 30% (trinta por cento) sobre a receita bruta a ser auferida pelo sócio retirante;

III - nas ações que durarem 6 (seis) anos e um dia a 8 (oito) anos, o percentual de 40% (quarenta por cento) sobre a receita bruta a ser auferida pelo sócio retirante;

IV - nas ações que durarem 8 (oito) anos e um dia ou mais, o percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre a receita bruta a ser auferida pelo sócio retirante.

Parágrafo único – Ficará com o sócio retirante a(s) ação(ões) que esteja(m) sob sua direção, oportunidade em que deverá ser apurada a participação da sociedade sobre os honorários devidos nestas, caso julgadas e/ou não pagos, deduzindo-se os percentuais supra, cujo resultado deverá ser objeto de compensação e, caso extrapole o valor a que faça jus o sócio retirante, pago por este tão logo perceba os honorários nestas ações, cujo inadimplemento importará em multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor e representação perante a OAB/SC por retenção indevida.

20º - Na hipótese de a sociedade não possuir recursos para pagar os haveres do sócio retirante, deverá comunicar tal fato a este, por escrito, o qual, em consequência, ficará liberado para vender sua quota parte a terceiro, devendo seu nome ser aprovado pelos demais sócios, pelo preço oferecido na comunicação referida na cláusula 17ª, observando o disposto na mesma.

21º - Caso o sócio retirante venha alienar, tal quota parte, por preço inferior ao oferecido aos demais sócios, estes terão direito de preferência na aquisição das quotas.

22º - O afastamento temporário do sócio, assim entendido o que ultrapasse 30 (trinta) dias, poderá se dar somente pelo seu requerimento a todos os membros da sociedade, de forma escrita, para decisão em assembléia convocada para este único assunto, a qual decidirá se o afastamento se deve por motivo pessoal ou benéfico à sociedade, este a critério dos sócios remanescentes, o que deverá ser determinado por unanimidade dos sócios, que resolverão, para o período de ausência, sobre a administração das ações sob responsabilidade do afastado e remuneração a que fará jus.

23º - Caso o afastamento temporário se der por motivo benéfico à sociedade, terá o sócio ausente direito ao pró-labore, observando-se, para o período de ausência, o que os sócios deliberarem quanto à forma como se dará a distribuição dos lucros.



24º - O sócio que não participar ativamente na prestação do serviço oferecido pela sociedade, salvo por motivo de interesse desta, não terá direito ao recebimento de quaisquer honorários contratados no período do afastamento, exceto quanto aos honorários de sucumbência que serão pagos na proporção dos seus haveres.

25º - É possível a exclusão, por unanimidade, de sócio, por comprovada falta de colaboração ou falta grave, assim consideradas as causas que importem suspensão ou exclusão dos quadros da OAB (Lei 8.906/94). O sócio excluído receberá seus haveres da sociedade nos termos das cláusulas 17ª a 20ª, deduzida uma cláusula penal de 20% (vinte por cento).

26º - A admissão de novos sócios dependerá de prévia e expressa aprovação de todos os atuais sócios.

CAPÍTULO VI **DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

27º - A sociedade não se dissolverá, nem entrará em liquidação, por saída ou morte de qualquer um dos sócios.

28º - No caso de morte de um dos sócios, cabe aos demais decidir sobre a continuação da sociedade.

29º - A sociedade se dissolverá por decisão unânime, ou dos sócios que representam a maioria do capital social, elegendo-se um liquidante que promoverá a liquidação na forma da lei.

30º - A sociedade se dissolverá, também, se, em decorrência do falecimento ou retirada de sócios, restar apenas um único sócio e este não promover a chamada de novo sócio em até 60 (sessenta) dias, mudando o nome empresarial, caso em que se procederá a liquidação da mesma.

CAPÍTULO VII **DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS**

31º - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o sócio administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo único – A atribuição supra será distribuída entre todos os sócios, caso a administração fique a critério destes.

32º - Juntamente com o balanço geral, caberá ao sócio administrador a atualização do capital Social e elaboração de relatórios com a especificação de todos os resultados obtidos pela sociedade no período relativo ao exercício social.

33º - O lucro líquido no exercício será distribuído aos sócios quotistas, na proporção dos serviços prestados, podendo, a critério dos sócios, permanecerem em reserva na sociedade.

34º - Os prejuízos que porventura se verificarem serão mantidos em conta própria, para serem amortizados nos exercícios futuros, e, não sendo, serão suportados pelos sócios proporcionalmente às quotas que possuírem.



CAPÍTULO VIII **DISPOSIÇÃO GERAIS**

35º- Em caso de falecimento de um dos sócios, seus herdeiros terão direito de receber os valores apurados, como também, sobre os vincendos de ações já propostas, à exceção de valores contratados a título de advocacia de partido, porém, sobre honorários eventualmente provenientes destes contratos, em espécie, devidamente descontado, quanto aos valores vincendos, o percentual de 50% sobre a receita líquida a que faria jus o "de cujus", o qual será destinado à administração das ações de então responsabilidade deste, não podendo os herdeiros tornarem-se sócios, salvo em caso de aprovação pela unanimidade dos sócios.

36º- As quotas do sócio falecido serão divididos em partes iguais pelos sócios fundadores, ou alienada, de acordo com o que dispuser a unanimidade dos sócios que remanescerem.

37º - É permitida a participação individual dos sócios em sociedade mercantis, desde que não ocupem cargos administrativos ou possa implicar qualquer tipo de agressão ao Estatuto da Advocacia e da OAB e ao Código de Ética.

38º - Os casos omissos serão regulados pelas disposições legais vigentes aplicáveis a espécie.

39º - As partes elegem o Tribunal de Ética e Disciplina da Seccional de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil para dirimir eventuais controvérsias entre os sócios acerca de exclusão ou retirada de sócios (s) e/ou dissolução parcial ou total da sociedade.

40º - Fica eleito o foro da cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam a presente alteração em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, 20 de julho de 2006.

ALESSANDRO BUNN MACHADO

ANA CAROLINA DA COSTA STANGLER

SANDRO LUIZ RODRIGUES ARAUJO

RODRIGO BRANDEBURGO CURI